



Natália Lampert Batista
(Organizadora)

GEOGRAFIA: DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Natália Lampert Batista

(Organizadora)

Geografia: Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
G345	Geografia [recurso eletrônico] : desenvolvimento científico e tecnológico / Organizadora Natália Lampert Batista. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia. ISBN 978-85-7247-489-4 DOI 10.22533/at.ed.894191807 1. Geografia – Pesquisa – Brasil. I. Batista, Natália Lampert. CDD 910.03
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Geografia é uma ciência eclética e versátil. Ela permeia diferentes campos do saber e se constitui de um objeto de estudo dinâmico e híbrido: o espaço geográfico. Para entender o espaço geográfico é necessário compreender as interfaces humanas, sociais, físicas, ambientais e políticas desta área do conhecimento, bem como se dedicar ao entendimento do seu ensino em sala de aula. O objeto de análise da Geografia é fluído e dialético e, portanto, é preciso constantemente (re)pensar seus focos de investigação e difundir novos saberes sobre essa relevante área do conhecimento.

Assim, o livro “Geografia: desenvolvimento científico e tecnológico” desponta neste cenário para contribuir, mesmo que momentaneamente, com o estado da arte da ciência geográfica, trazendo relevantes pesquisas sobre diferentes enfoques geográficos. Os primeiros capítulos do livro se vinculam, preponderantemente, com o lado humano, político e social desta ciência. Na sequência, encontram-se as temáticas mais voltadas a Geografia Física. Por fim, destacam-se os textos atrelados ao ensino de Geografia, a Educação Geográfica e a necessidade de uma educação crítica no que tange a busca por um processo de ensino-aprendizagem significativo e emancipatório.

No capítulo “Agroecologia e agricultura familiar: um caminho para o desenvolvimento rural sustentável”, Aldeane Machado Dias e Ana Carolina Silva dos Anjos discutem como a agroecologia no Brasil vem se mostrando como um caminho para transformar o rural contemporâneo. Em “Camponês e Agricultor Familiar: mesmos sujeitos?”, Rosaly Stange Azevedo e André Filipe Pereira Reid dos Santos apresentam os pontos centrais dos paradigmas sobre os quais se desenvolve o debate sobre a complexidade da questão agrária na atualidade.

Andressa Garcia Fontana, Alessandro Carvalho Miola, Ricardo Vieira da Silva e Vitor Hugo de Almeida Junior também enfocam o rural no capítulo “Análise dos condicionantes de distribuição espacial de produtores de frutas, legumes e verduras na região central do Rio Grande do Sul”, cujo objetivo foi analisar os fatores condicionantes para a distribuição de produtores de frutas, legumes e verduras a partir de uma abordagem de análise geoespacial. Já Evandro André Félix, Valéria do Ó Loiola e Célia Alves de Souza apontam que os processos de mercantilização da água se configuram por meio do estabelecimento de controle e posse dos recursos hídricos, seguido de sua valoração e comercialização por meio do capítulo “Mercantilização da água e Agronegócio, conceitos e perspectiva de inserção na bacia hidrográfica do Rio Cabaçal/MT: aspetos atuais e tendências na dinâmica socioespacial e hidrológica”.

No capítulo “O trabalho dos haitianos na agroindústria de Cascavel/PR”, Lineker Alan Gabriel Nunes e Ideni Terezinha Antonello visam investigar a inserção dos imigrantes haitianos no município de Cascavel/PR a partir da perspectiva das suas condições de trabalho. Já Adelange dos Santos Costa debate “A Reforma Trabalhista Brasileira, Neoliberalismo versus Direitos do Trabalhador”, refletindo criticamente sobre a Reforma Trabalhista Brasileira aprovada no ano de 2017.

Na sequência, Gil Carlos Silveira Porto traz “Notas sobre o planejamento urbano e regional” evidenciando algumas dimensões desse tema no Brasil. Paula Pontes Caixeta e Idelvone Mendes Ferreira, em “Complexidade entre paisagem e território no município de Catalão (GO): análise contextual”, trazem uma contextualização entre a paisagem e o território a partir da análise da legislação ambiental vigente no Plano Diretor de Catalão (GO), através de revisão teórico-conceitual. Beatriz da Silva Souza apresenta o capítulo “Perspectivas entre Geografia e Literatura: o lugar na obra ‘Casa de Pensão’ de Aluísio Azevedo” que estabelece o diálogo entre a Geografia e a Literatura com abordagens fenomenológicas e de cunho humanístico.

Sob a perspectiva da Geografia Física, Douglas Cristino Leal debate “A importância do radar meteorológico na previsão de desastres naturais”. Ademais o artigo conta com uma análise episódica que elucida uma situação de instabilidade atmosférica severa. Rubia Cristina da Silva e João Donizete Lima realizam o “Mapeamento da fragilidade ambiental na bacia hidrográfica do Rio Dourados (MG)”, destacando que a bacia possui risco forte de susceptibilidade a erosão, onde o mapeamento realizado é eficaz para a compreensão da fragilidade ambiental na medida em que considera as características topográficas e naturais como também a influência antrópica no meio ambiente. Karolina Gameiro Cota Dias e Carla Maciel Salgado apresentam “Exercícios práticos para o estudo de processos geomorfológicos” resultantes da disciplina de Geomorfologia Continental, inserida no Curso de Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

O capítulo “A formação continuada do professor de Geografia versus semana pedagógica: um processo consistente?”, de Francisco das Chagas Nascimento Ferreira, teve como objetivo a realização de uma breve revisão bibliográfica acerca da formação continuada de professores, relacionada ao contexto das semanas pedagógicas, em especial, a formação do professor de Geografia do Ensino Fundamental II. José Marcelo Soares de Oliveira, Livana Sousa Guimarães, Maria Raiane de Mesquita Gomes, Ernane Cortez Lima e José Falcão Sobrinho, no capítulo “Água para quem? Entendendo a geografia política da água”, buscam abordar o tratamento que é dado às práticas de economia de água, que visam uma melhor convivência no ambiente semiárido, desenvolvendo oficinas com alunos do Ensino Médio no município de Sobral/CE. Já Edson José do Nascimento e Adriana Castreghini de Freitas Pereira debatem a relação entre o espaço vivido dos alunos com o livro didático em “O livro didático e os conteúdos sobre a cidade no 7º ano em uso nas salas de aulas no município de Ibiporã/PR”.

No capítulo “O uso de games e filmes no ensino de Geografia: um estudo de caso com alunos do 3º ano do Ensino Médio”, David Augusto Santos e Eduardo Donizeti Giroto relatam o desenvolvimento de práticas com vistas a interpretações de filmes e jogos a partir de conceitos geográficos como território, espaço, lugar, escala. Nesta mesma linha inovadora e lúdica do ensino de Geografia, Jaqueline Daniela da Rosa discute “Os multiletramentos no estudo do município em Geografia: uma

prática interdisciplinar utilizando fotografia e escrita” que resultou na elaboração de um produto pedagógico para o ensino da Geografia com crianças, voltado principalmente ao letramento visual e digital e leitura e escrita.

Iapony Rodrigues Galvão, Dênis Vitor Batista de Brito, Jéssica Adriana de Oliveira Macedo, Mônica Gabriela Dantas de Medeiros e Wesley Anderson Pereira da Silva, no capítulo “Reflexões sobre a distribuição espacial do docente de Geografia capacitado para o ensino de libras em Carnaúba dos Dantas/RN, Jardim do Seridó/RN e Caicó/RN” buscaram compreender a distribuição de docentes de Geografia que possuem capacitação para traduzir o conhecimento geográfico para alunos surdos ou deficientes auditivos. Por fim, Maria Heloiza Bezerra da Silva debate “O ensino da matemática na educação de jovens e adultos trabalhadores rurais: a (im)possível aprendizagem para uma emancipação social crítica”. Esse capítulo tem origem nas discussões sobre Educação e Trabalho e sobre Educação Crítica associadas à busca de uma aprendizagem crítica, significativa e emancipatória.

Portanto, o livro “Geografia: desenvolvimento científico e tecnológico” apresenta diferentes perspectivas sobre o conhecimento geográfico e suas diferentes áreas de abrangência, isto é, a análise e discussão sobre o espaço geográfico, as paisagens, os lugares, as regiões e os territórios que constituem o objeto da Geografia. Essa diversidade de temáticas demonstra a versatilidade da abordagem geográfica e reúne uma série de pesquisas de qualificados profissionais da área e de ciências afins, levando-nos a (re)pensar atualidade da abordagem da Geografia na contemporaneidade.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

Natália Lampert Batista

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AGROECOLOGIA E AGRICULTURA FAMILIAR: UM CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	
Aldeane Machado Dias Ana Carolina Silva Dos Anjos	
DOI 10.22533/at.ed.8941918071	
CAPÍTULO 2	8
CAMPONÊS E AGRICULTOR FAMILIAR: MESMOS SUJEITOS?	
Rosaly Stange Azevedo André Filipe Pereira Reid dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.8941918072	
CAPÍTULO 3	22
ANÁLISE DOS CONDICIONANTES DE DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE PRODUTORES DE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS NA REGIÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL	
Andressa Garcia Fontana Alessandro Carvalho Miola Ricardo Vieira da Silva Vitor Hugo de Almeida Junior	
DOI 10.22533/at.ed.8941918073	
CAPÍTULO 4	41
MERCANTILIZAÇÃO DA ÁGUA E AGRONEGÓCIO, CONCEITOS E PERSPECTIVA DE INSERÇÃO NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CABAÇAL/MT: ASPETOS ATUAIS E TENDÊNCIAS NA DINÂMICA SOCIOESPACIAL E HIDROLÓGICA	
Evandro André Félix Valéria do Ó Loiola Célia Alves de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.8941918074	
CAPÍTULO 5	54
O TRABALHO DOS HAITIANOS NA AGROINDÚSTRIA DE CASCAVEL/PR	
Lineker Alan Gabriel Nunes Ideni Terezinha Antonello	
DOI 10.22533/at.ed.8941918075	
CAPÍTULO 6	65
A REFORMA TRABALHISTA BRASILEIRA, NEOLIBERALISMO X DIREITOS DO TRABALHADOR	
Adelange Dos Santos Costa	
DOI 10.22533/at.ed.8941918076	
CAPÍTULO 7	74
NOTAS SOBRE O PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL	
Gil Carlos Silveira Porto	
DOI 10.22533/at.ed.8941918077	

CAPÍTULO 8	78
COMPLEXIDADE ENTRE PAISAGEM E TERRITÓRIO NO MUNICÍPIO DE CATALÃO (GO): ANÁLISE CONTEXTUAL	
Paula Pontes Caixeta Idelvone Mendes Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.8941918078	
CAPÍTULO 9	91
PERSPECTIVAS ENTRE GEOGRAFIA E LITERATURA: O LUGAR NA OBRA “CASA DE PENSÃO” DE ALUÍSIO AZEVEDO	
Beatriz da Silva Souza	
DOI 10.22533/at.ed.8941918079	
CAPÍTULO 10	102
A IMPORTÂNCIA DO RADAR METEOROLÓGICO NA PREVISÃO DE DESASTRES NATURAIS	
Douglas Cristino Leal	
DOI 10.22533/at.ed.89419180710	
CAPÍTULO 11	114
MAPEAMENTO DA FRAGILIDADE AMBIENTAL NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOURADOS (MG)	
Rubia Cristina da Silva João Donizete Lima	
DOI 10.22533/at.ed.89419180711	
CAPÍTULO 12	129
EXERCÍCIOS PRÁTICOS PARA O ESTUDO DE PROCESSOS GEOMORFOLÓGICOS	
Karolina Gameiro Cota Dias Carla Maciel Salgado	
DOI 10.22533/at.ed.89419180712	
CAPÍTULO 13	135
A FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA X SEMANA PEDAGÓGICA: UM PROCESSO CONSISTENTE?	
Francisco das Chagas Nascimento Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.89419180713	
CAPÍTULO 14	144
ÁGUA PARA QUEM? ENTENDENDO A GEOGRAFIA POLÍTICA DA ÁGUA	
José Marcelo Soares de Oliveira Livana Sousa Guimarães Maria Raiane de Mesquita Gomes Ernane Cortez Lima José Falcão Sobrinho	
DOI 10.22533/at.ed.89419180714	

CAPÍTULO 15	154
O LIVRO DIDÁTICO E OS CONTEÚDOS SOBRE A CIDADE NO 7º ANO EM USO NAS SALAS DE AULAS NO MUNICÍPIO DE IBIPORÃ/PR	
Edson José do Nascimento Adriana Castreghini de Freitas Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.89419180715	
CAPÍTULO 16	164
O USO DE GAMES E FILMES NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UM ESTUDO DE CASO COM ALUNOS DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO	
David Augusto Santos Eduardo Donizeti Giroto	
DOI 10.22533/at.ed.89419180716	
CAPÍTULO 17	175
OS MULTILETRAMENTOS NO ESTUDO DO MUNICÍPIO EM GEOGRAFIA: UMA PRÁTICA INTERDISCIPLINAR UTILIZANDO FOTOGRAFIA E ESCRITA	
Jaqueline Daniela da Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.89419180717	
CAPÍTULO 18	186
REFLEXÕES SOBRE A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO DOCENTE DE GEOGRAFIA CAPACITADO PARA O ENSINO DE LIBRAS EM CÂRNAÚBA DOS DANTAS/RN, JARDIM DO SERIDÓ/RN E CAICÓ/RN	
Iapony Rodrigues Galvão Dênis Vitor Batista de Brito Jéssica Adriana de Oliveira Macedo Mônica Gabriela Dantas de Medeiros Wesley Anderson Pereira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.89419180718	
CAPÍTULO 19	194
O ENSINO DA MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES RURAIS: A (IM) POSSÍVEL APRENDIZAGEM PARA UMA EMANCIPAÇÃO SOCIAL CRÍTICA	
Maria Heloiza Bezerra Da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.89419180719	
CAPÍTULO 20	201
CARACTERIZAÇÃO PRELIMINAR SOBRE O ENVELHECIMENTO HUMANO NA CIDADE DE SENHOR DO BÔNFIGO – BA: UM OLHAR GEOGRÁFICO	
Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega Lucas dos Santos Silva Valéria Cunha Rodrigues Érica Saane Miranda Alves	
DOI 10.22533/at.ed.89419180720	
SOBRE A ORGANIZADORA	215
ÍNDICE REMISSIVO	216

COMPLEXIDADE ENTRE PAISAGEM E TERRITÓRIO NO MUNICÍPIO DE CATALÃO (GO): ANÁLISE CONTEXTUAL

Paula Pontes Caixeta

Bacharel em Direito e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFG
Membro do NEPSA-CNPq/UFG - paulapcaixeta@hotmail.com

Idelvone Mendes Ferreira

Professor do Instituto de Geografia-UFG/RC e Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFG Coordenador no Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais – NEPSA-CNPq/UFG
idelvoneufg@gmail.com

RESUMO: O presente texto é uma reflexão sobre a contextualização entre a paisagem e o território, buscando compreender a realidade ambiental no município de Catalão (GO), à partir da análise da legislação ambiental vigente e presente no Plano Diretor do Município (2016), através de revisão bibliográfica teórico-conceitual, buscando um embasamento de cunho geográfico e jurídico sobre a temática proposta, quanto aos reflexos da intervenção humana nos ecossistemas naturais e antropizados presentes no território em questão, e as transformações socioespaciais decorrentes desse processo acelerado de intervenção, considerando a necessidade urgente de uma legislação que possa dar suporte a preservação/manutenção dessas paisagens, como um

subsistema socioambiental fundamental no equilíbrio do ecossistema regional num território específico. Através de uma pesquisa jurídica sistêmica, associada ao conhecimento geográfico e percepção das paisagens, é que pode-se mensurar os níveis de degradação socioambientais, possibilitando indicar meios e medidas que possam amenizar os impactos negativos cada vez mais eminentes, pautando-se no escopo da legislação ambiental e no conhecimento das características socioambientais do território, considerando principalmente o âmbito Municipal, para nele atuar de forma equilibrada. Nesse processo, empregou-se a técnica de leitura e compilação para a estruturação dos resultados/texto, culminando numa reflexão sobre a paisagem socioambiental do município de Catalão frente à realidade paisagística atual num contexto regional e nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Território. Legislação Ambiental. Catalão (GO).

1 | INTRODUÇÃO

Considerando a discussão sobre ‘ambiente’ é complexa e necessita de fundamentações conceituais e técnicas, no geral, para dicionaristas, ‘ambiente’ é o que cerca ou envolve os seres vivos ou as coisas por todos os lados, por isso, pode-se entender

que a expressão ‘*meio ambiente*’ é redundante, visto que os termos ‘*meio*’ e ‘*ambiente*’ significam o entorno, aquilo que envolve algo, o espaço, o recinto, podendo-se, portanto à nosso ver, referir apenas ao termo ambiente, cabendo, portanto, o uso mais indicado ser apenas o termo ‘***ambiente***’, diante dessa redundância.

Nesse contexto, ao se analisar uma paisagem, que é complexa e contextual, tem-se que considerar uma série de fatores que estão condicionados a percepção da mesma. Portanto, devem-se considerar os aspectos legais que regem as questões socioambientais, sob a ótica da inserção/visão/percepção, visto que esses fatores são inerentes a cada um dos componentes da paisagem observada, onde o espaço geográfico exerce suas influências regionais e locais. Assim, procurou-se desenvolver esta temática utilizando os diferentes aspectos da legislação ambiental no Brasil, em relação ao ambiente, com foco específico, no entanto, para a efetividade da legislação ambiental no Município de Catalão (GO), principalmente as concernentes ao Plano Diretor Municipal em vigor (2016).

A modernização das técnicas produtivas (SANTOS, 2006), em especial na área do Brasil Central, aliada a um acréscimo constante de investimentos de capitais subsidiados pelas políticas e programas oficiais e/ou privados, propiciaram um avanço indiscriminado sobre o ambiente, provocando intensos e variados impactos, com destaque para as diferentes fitofisionomias do Cerrado, que têm se consubstanciado em uma “opção viável” para as práticas da moderna agropecuária e seus desdobramentos logísticos, em face das extensas áreas agricultáveis, das facilidades de mecanização, clima aparentemente adequado às práticas agropastoris, das facilidades para a incorporação de insumos químicos, do preço das terras, da disponibilidade de “fartos” recursos hídricos na região, proximidade dos centros consumidores, boa rede viária e complexos intermodais de transportes e, ainda, pela forte concentração fundiária, que propiciam transformações nesse território e suas complexas paisagens (RIBEIRO; VALTER, 1998; FERREIRA, 2003 e 2008; MENDES, 2005; MENDONÇA, 2004). Além destes aspectos, acrescenta-se o processo acelerado de urbanização dessas áreas, causando consideráveis alterações em seus aspectos naturais, culturais e científicos/tecnológicos, além da não observância do preconizado no aspecto jurídico, foco principal desta discussão.

Com a degradação acelerada dos ambientes do Cerrado, suas variadas fitofisionomias têm sido atingidas, não se respeitando o estabelecido pelas normas técnicas e na legislação em vigor, na qual está preconizado que as mesmas são áreas de preservação, sejam parcialmente e/ou em suas totalidades, conforme consta da farta legislação ambiental brasileira, como a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) 303, de 20 de março de 2002, que dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente; Resolução 302, de 20 de março de 2002, que dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno; Resolução 369, de 28 de março de 2006, que dispõe sobre os casos excepcionais, de

utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental; a Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012 – o “novo” Código Florestal Brasileiro, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa do Brasil; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências; a Lei n 18.104, de 18 de julho de 2013, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, institui a nova Política Florestal do Estado de Goiás e dá outras providências; e as Leis Municipais nºs. 3.439, 3.440 e 3.441, de 08 de dezembro de 2016, que Institui o Plano Diretor de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Sustentável de Catalão, que dispõe sobre Plano de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Instrumentos Urbanísticos e Sistema de Gestão, entre outras legislações pertinentes às questões ambientais que possam nortear o desenvolvimento da pesquisa no território especificado. Ainda, há que se ressaltar que o contexto histórico-cultural da região não tem sido considerado, visto que as transformações socioculturais têm sido transformadoras nas paisagens vivenciadas pela população humana, desconsiderando as tradições e culturas local/regional, ou seja a cultura ‘cerradeira’.

No contexto histórico de ocupação da região, mais especificamente no território onde hoje se encontra o município de Catalão (GO), iniciado no Século XVIII, com o avanço da mineração primitiva e desprovidas de tecnificação por suas paisagens e, posteriormente no Século XX, com a agropecuária extensiva, atualmente o avanço e desenvolvimento indiscriminado da agropecuária moderna têm priorizado as extensas superfícies aplainadas e/ou intermontanas existentes no Município, em decorrências de suas características geoambientais favoráveis, inclusive para a construção de áreas urbanas, com complexos parques minero-industriais e seus conglomerados comerciais, e seus consequentes impactos decorrentes no ambiente, muitas vezes em inobservância do que preconiza a legislação ambiental, mas muito mais os preceitos éticos e sociais, alterando o território segundo as conveniências do capital explorador e expropriante.

2 | MATERIAIS E MÉTODOS

Nesse sentido, buscou-se desenvolver estudos sistematizados sobre os componentes legais, éticos, socioambientais e culturais presentes nas paisagens do município de Catalão (GO), no sentido de entender a efetividade da legislação ambiental para a garantia de sua preservação, segundo os ditames da legislação vigente, tendo a Ciência Geográfica como base teórico-metodológica.

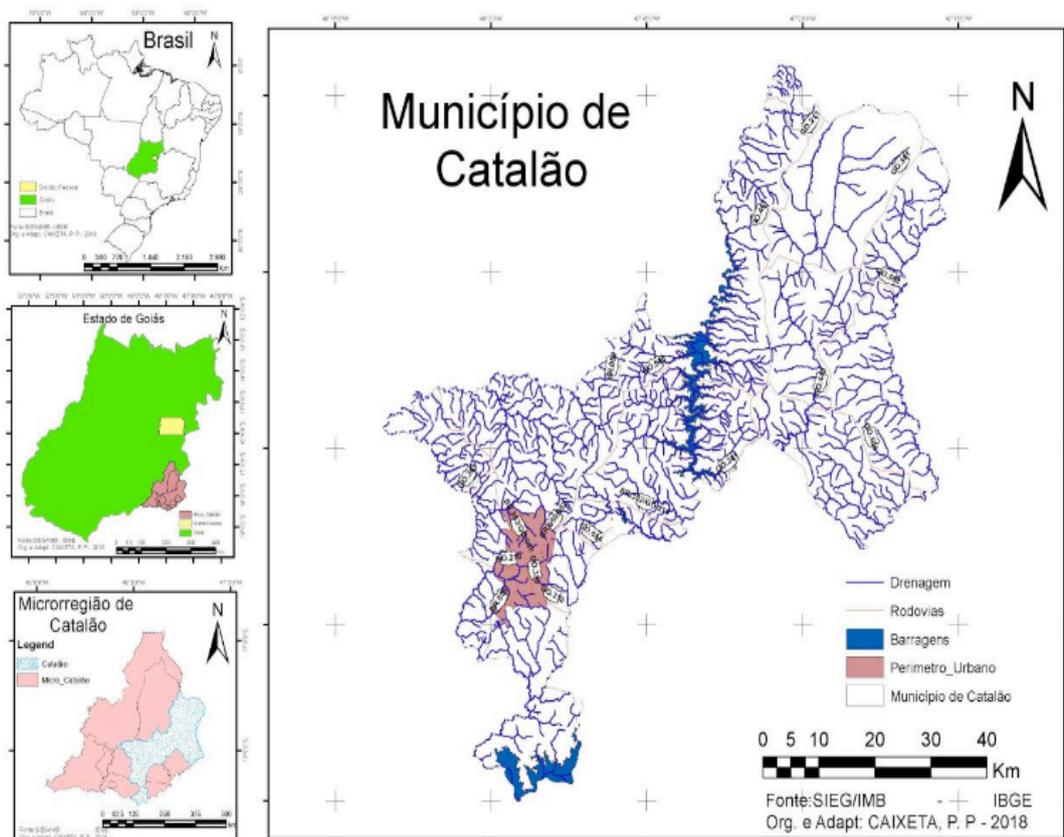
Somente através de uma pesquisa jurídica sistêmica, associada ao conhecimento geográfico pautado na percepção das paisagens, é que se poderá mensurar os níveis de degradação socioambientais já detectados, possibilitando indicar meios e medidas que possam amenizar os impactos negativos, e até mesmo os positivos, cada vez

mais eminentes, pautando-se no escopo da legislação ambiental, na ética social e no conhecimento das características socioambientais do território, considerando-se as três esferas de atuação: Federal, Estadual e, principalmente, a Municipal, para nele atuar de forma ética e equilibrada, visando a sobrevivência biótica, social, cultural de uma coletividade.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

No geral, em Geografia faz-se necessário a delimitação do espaço, uma vez que não é possível abrange-lo por completo. Diante disto, o presente texto buscou abranger os estudos sobre o município de Catalão (GO), e suas diferentes paisagens geográficas, pautando-se no escopo jurídico e no conhecimento geográfico, considerando-se a importância regional desse Município e suas particularidades socioambientais, no contexto do atual Plano Diretor Municipal, aprovado em 2016.

O território em foco, o município de Catalão (GO), constitui-se de uma área com aproximadamente 3.777 km² localizado na região Sudeste do Estado de Goiás, na porção Central do Brasil (Figura 1), ocupada por diferentes e complexos sistemas biogeográficos, sob influência de uma cultura 'cerradeira' e de escopo agrária (MENDONÇA, 2004; TOMAZ JUNIOR, 2017) que vem passando por um processo acelerado de aculturação pelas práticas da globalização, e sofrendo transformações sociais, culturais e econômicas, conseqüentemente reorganização ambiental, que tem alterado as paisagens locais e reconfigurando socioculturalmente o seu território no contexto nacional.



Neste contexto, com a expansão da política agrícola nacional, seja ela pública e/ou privada, toda essa região onde se localiza o município de Catalão vem sofrendo grandes transformações socioespaciais, econômicas e culturais, interferindo consequentemente nos ecossistemas, especialmente nos sistemas bióticos e hídricos locais e/ou regionais, bem como nas ações socioculturais dos sujeitos que aqui atuam. Diante disto, faz-se necessário um estudo detalhado, quanto aos reflexos da intervenção humana nesses ecossistemas, mais especificamente nas complexas paisagens do Cerrado, e as consequentes transformações espaciais decorrentes desse processo acelerado de intervenção, considerando a necessidade urgente da aplicabilidade de uma legislação que possa dar suporte a preservação/manutenção dessas paisagens, como um subsistema ecobiótico fundamental no equilíbrio do ecossistema regional, sendo, portanto, a Legislação Ambiental e a consequente percepção das paisagens por esses atores atuantes nesse processo um suporte fundamental para esse intento. Se essa percepção, quanto à importância da manutenção desses complexos biogeográficos regionais, não for percebida por esses atores, muito em breve esse “teatro territorial” regional estará fadado à exaustão ambiental, deixando de atender aos anseios dessa sociedade humana irresponsável e exploradora.

Nesse processo perceptivo, se é que pode ser considerado assim, o território é o recorte espacial definido por relações de apropriação, poder e de controle sobre recursos e fluxos baseados em aspectos políticos, econômicos e culturais. Assim, o território está relacionado com o poder, em qualquer acepção, e não apenas com o poder político. Ele diz respeito tanto ao poder, no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação. (HAESBAERT, 2014), sendo que a apropriação cultural é a mais perniciosa. A partir dessa dominação, as demais ações são meramente consequências sociais.

4 | AS PAISAGENS GEOGRÁFICAS NO CONTEXTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CATALÃO (GO) – 2016: CORRELAÇÕES

Devido a sua vasta extensão territorial, posição geográfica, configuração geomórfica, heterogeneidade vegetal e por ser responsável pelas nascentes de importantes nascentes de bacias hidrográficas, a região Sudeste de Goiás se destaca no contexto regional e nacional, possuindo uma estrutura estético paisagística que a sobressai dos demais territórios socioculturais da macrorregião.

Dentre as diferentes fisionomias que compõem a paisagem, algumas se destacam por diferentes particularidades, em especial as paisagens que foram antropizadas para a constituição de diferentes aspectos que compõem o município de Catalão (GO), que, além do significado ecológico, possui um papel socioeconômico e estético-paisagístico

que lhe confere importância regional (FERREIRA, 2003 e 2008; MENDES, 2005; GOMES, 1988; CARLOS, 1996), considerando ainda que “Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente” (SANTOS, 1997, p. 273).

No contexto jurídico, no Brasil, a Constituição Federal de 1988, no Capítulo VI, em seu Artigo 225, trata os aspectos concernentes “*Do Meio Ambiente*”, bem como em outros temas considerados transversais para a temática. Mais especificamente, a definição legal para “meio ambiente” se encontra no Artigo 3º, alínea I, da Lei 6.938/1981, que pontifica que o meio ambiente é “O conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química, e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.”

Considerando o aspecto municipal, com base em revisão de literatura pertinente as paisagens jurídicas do município de Catalão, observando-se os aspectos quanto à efetividade da legislação ambiental municipal, em relação ao estabelecido pelos demais entes da Federação, como o Estado de Goiás e Brasil, tendo como referência o atual Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Catalão, através da Lei Complementar 3.439, de 08 de dezembro de 2016, no “*TÍTULO IV - DOS SISTEMAS DE GESTÃO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO*, em seu *CAPÍTULO I – Do Sistema Ambiental do Município*”, onde está preconizado:

Art. 39 - Os sistemas de ordenamento do território têm por objetivo estruturar, de forma sustentável, diretrizes a fim de proporcionar a melhoria da qualidade de vida no Município, a redução das desigualdades sociais e a diminuição das vulnerabilidades sociais e ambientais.

Parágrafo Único - Os sistemas referidos no *caput* deste artigo são formados por:

I – Sistema Municipal de Meio Ambiente - SISMUMA;

II – Sistema Municipal de Saneamento - SISMUSA;

III – Sistema Municipal de Mobilidade - SISMUM;

IV – Sistema Municipal de Gestão Urbana - SISMUG;

V – Sistema Municipal de Habitação Social - SISMUHS;

VI – Sistema Municipal de Equipamentos Urbanos, Comunitários e Sociais - SISMEUCS;

VII – Sistema Municipal de Informação - SISMUI.

(CATALÃO, LEI 3.439/2016).

Mais especificamente, no *CAPÍTULO I - DO SISTEMA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE*, está estabelecido sobre o Sistema Municipal do Meio Ambiente:

Art. 40 - O Sistema Municipal do Meio Ambiente (SISMUMA) regula o funcionamento do órgão ambiental municipal, do Conselho Municipal do Meio Ambiente e do Fundo Municipal do Meio Ambiente, na forma da Resolução CONAMA 237/97 e Resolução 69/06 do Conselho Estadual do Meio Ambiente. O SISMUMA deve ser regulamentado por novo Código Ambiental Municipal, no prazo de 180 dias a partir da aprovação desta lei, tratando da estrutura da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, do Conselho Municipal de Meio Ambiente e do Fundo Municipal do Meio Ambiente, além de estabelecer minimamente os seguintes Programas:

- I – Programa Municipal de Gestão de Áreas Verdes;
 - II – Programa Municipal de Monitoramento da Qualidade do Ar;
 - III – Programa Municipal de Gestão de Recursos Hídricos;
 - IV – Programa Municipal de Educação Ambiental;
 - V – Programa Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos;
- § 1º - O Município deverá elaborar, aprovar e implementar estes instrumentos no prazo máximo de 180 dias, a partir da vigência desta Lei.
- § 2º - O Poder Executivo Municipal fica obrigado a destinar semestralmente, a partir da vigência desta Lei Complementar, o valor auferido pelo repasse Estadual do ICMS ecológico ao Fundo Municipal do Meio Ambiente, para desenvolvimento dos programas listados nos incisos do caput deste artigo, bem como para realização tanto de ações vinculadas à proteção das áreas verdes municipais e áreas de preservação permanente quanto de criação e manutenção de unidades de conservação municipal. (CATALÃO, LEI 3.439/2016).

Assim, a partir dessa estrutura, pode-se afirmar que a viabilidade jurídica e a efetiva implementação da estrutura proposta pelos legisladores municipais no Plano Diretor do Município (2016), levando-se em consideração o preconizado na legislação ambiental em nível do Estado e Brasil, é viável e pode ser implementada, segundo os diferentes interesses administrativos, cabendo uma melhor estruturação dessa legislação através da estruturação dos Programas previstos e necessários para a implementação de uma Política Ambiental no Município, mais consistente e inovadora.

Na atualidade, os processos de ocupação antrópica praticamente degradaram e continuam degradando o ambiente, principalmente quanto aos seus aspectos paisagísticos originais, culturais e territoriais. A produção desse espaço decorre dos processos esmagadores/expropriadores do sistema capitalista, com suas estruturas políticas quase sempre corruptas, corruptíveis e subservientes, em detrimento de uma legislação Brasileira mais subserviente ainda ao sistema socioeconômico vigente e aos interesses do capital, sendo desprovida de planejamentos técnicos e estratégicos. No caso, no município de Catalão, faltam programas estratégicos de planejamento administrativo para a implementação das políticas e programas socioambientais, como o já estabelecido na legislação, visando a uma percepção mais qualificada da população usuária desse território.

Decorrente dessa extensão, os governantes brasileiros se viram obrigados a criar áreas de proteção, através dos Parques Nacionais, Estaduais e/ou Municipais como formas de se tentar preservar alguns aspectos dos diferentes biomas ou alguns aspectos de relevância estético-paisagísticas, criando territórios específicos para a preservação de determinados ecossistemas. Contudo, não se vê muito progresso nisso, diante das dificuldades do reconhecimento de um Código Florestal e/ou legislação ambiental pensada e gerida com base em aspectos científicos, conjugado com um Estatuto das Cidades (Lei 10.257/2001) e o Plano Diretor Municipal, que ainda não cumpre seu papel efetivo na preservação das paisagens naturais em detrimento dos processos de urbanização que degradam o território sociocultural, como no caso do município de Catalão.

Nesse contexto, as visões/percepções jurídicas e técnicas dessas paisagens são variadas e representam as experiências de vida de cada um, reflexos de seus contextos culturais, uma vez que as pessoas somam experiências passadas, presentes e, provavelmente, futuras na construção e interpretação do meio onde vivem ou sobrevivem. Chama-nos a atenção o fato de o cidadão local ter, geralmente, uma percepção mais evidenciada e completa do ambiente onde vive. Nesse contexto, para Ele, a paisagem está presente em sua vivência cotidiana, faz parte de sua vida e de suas lembranças, visto que dela depende vários aspectos de sua vida cotidiana. (AMADO, 2017).

Para os técnicos e/ou acadêmicos, de um modo geral, teoricamente com um nível de conhecimento mais elaborado, a conceituação/percepção é vista segundo terminologias técnicas, geralmente não conseguindo expressar a vivência cotidiana do ambiente, obtida sem a preocupação com sua mensuração e com a perpetuação da paisagem em sua vivência, decorrente do fato de os mesmos não mais estarem convivendo, na maioria das vezes, diariamente com o ambiente de vivência cotidiana. Aparentemente, quando uma paisagem vivenciada é alterada mais intensamente, não se perde apenas um lugar, mas uma parte ou um todo das lembranças, afetando a continuidade da vida do indivíduo, o que se pode chamar de desconstrução de uma paisagem vivenciada, passando a um espaço construído, como no caso de construções de grandes lagos para geração de energia, que afoga as paisagens de vivências de sujeitos que ali percebiam paisagens em seus diferentes aspectos bucólicos.

Tipificar juridicamente as consequências das interferências do homem nessas paisagens, ainda é um **caminho estreito**, uma vez que o espaço temporal é curto, considerando que a intervenção, de fato, começou a ocorrer no final da década de 1980, com a implantação da Constituição Federal de 1988, que trouxe um novo escopo perceptivo para a questão ambiental no Brasil, conseqüentemente para Estado de Goiás e para o município de Catalão.

As transformações que vêm ocorrendo na sociedade humana moderna decorrem das modificações nesses espaços produzidos pelo sistema socioeconômico dominante. Nesse sentido, Carlos (1996), afirma que o processo de reprodução envolve a produção da vida material em seu sentido amplo, em cada momento histórico surgem novas perspectivas para sua realização. Afirma ainda que:

[...] a unificação das trocas não é um fenômeno meramente econômico ou mesmo político, posto que o capitalismo se modifica mudando o mundo, reproduzindo constantemente novos valores, uma cultura, comportamentos, desejos, etc., a partir de uma rede sempre mais complexa de trocas, estabelecendo a predominância do espaço sobre o tempo. (CARLOS, 1996, p. 105-106).

Isto nos mostra o quanto são desiguais e contraditórios esses processos de intervenção no espaço geográfico, o espaço de vivência e sobrevivência de diferentes sujeitos e suas respectivas experiências de vida. O espaço tem uma monumentalidade

que pode ser entendida como elemento revelador da história de um determinado lugar, produzindo, como consequência, “novos” conceitos, novas vivências e novas formas de sobreviver dos sujeitos.

5 | CONSIDERAÇÕES

Na atualidade, os processos de ocupação antrópica praticamente degradaram e continuam degradando os diferentes territórios estabelecidos como espaços de atuação socioeconômicas das sociedades humanas, principalmente quanto aos seus aspectos culturais. A produção desses espaços decorre dos processos esmagadores do sistema socioeconômico vigente, com suas estruturas políticas, em sua grande maioria, corruptas, corruptíveis e subservientes, em detrimento de uma legislação Brasileira mais subserviente ainda ao sistema social vigente e aos interesses do capital, sendo desprovida de planejamentos estratégicos, visando o conforto socioambiental da coletividade.

Decorrentes dessa extensão, no geral, os governantes brasileiros se viram obrigados a criar áreas de proteção, através dos Parques Nacionais, Estaduais e/ou Municipais – territórios distintos, como uma forma de se tentar preservar alguns aspectos dos diferentes biomas e suas respectivas particularidades. Contudo, não se vê muito progresso nisso diante das dificuldades do reconhecimento de um Código Florestal e/ou legislação ambiental mais eficiente, pensada e gerida com base em aspectos científicos e técnicos, e não meramente segundo o interesse de determinadas ‘castas sociais’.

Nesse contexto, as visões/percepções geográficas e jurídicas dessas paisagens são variadas e representam as experiências de vida de cada um, reflexos de seus contextos culturais e éticos, uma vez que as pessoas somam experiências passadas, presentes e, provavelmente, futuras na construção e interpretação das paisagens onde vivem ou sobrevivem, ou seja, seus territórios de dominação e exploração. Chama-nos a atenção o fato de o cidadão local, no geral, ter uma percepção mais evidenciada e completa do ambiente onde vive, decorrente de percepções vividas e experienciadas nos seus cotidianos de vida. Geralmente, para esse sujeito, a paisagem está presente em sua vivência cotidiana, faz parte de sua vida e de suas lembranças, visto que dela depende vários aspectos de sua vida cotidiana, com perspectivas de continuar vivenciando no futuro. (AMADO, 2017).

Geralmente, para os técnicos, teoricamente com um nível de conhecimento mais elaborado, a conceituação/percepção é vista segundo terminologias técnicas, geralmente não conseguindo expressar a vivências cotidianas do ambiente, de suas experimentações de vivência cotidiana, obtidas sem a devida preocupação quanto à perpetuação das paisagens em sua vivência, decorrente do fato de os mesmos não mais estarem convivendo, na maioria das vezes, diariamente com as paisagens de vivência cotidiana. Aparentemente, quando uma paisagem vivenciada é alterada,

conforme experiência Ferreira (2003), não se perde apenas um lugar, mas uma parte ou um todo das lembranças, afetando a continuidade da vida do indivíduo, o que se pode chamar de desconstrução de uma paisagem vivenciada, passando a um espaço construído.

Assim, tipificar tecnicamente/juridicamente as consequências das interferências do homem nessas paisagens, ainda é um **caminho estreito**, uma vez que o espaço temporal é curto, considerando que a intervenção, de fato, começou a ocorrer no final da década de 1970, com o redimensionamento das políticas de ocupação do território do Cerrado e suas diferentes paisagens, chegando até o município de Catalão (GO).

As transformações que vêm ocorrendo na sociedade humana moderna decorrem das modificações no espaço produzido pelos sistemas econômicos dominantes. Nesse contexto, pode-se concordar com Carlos (1996), quando afirma que o processo de reprodução envolve a produção da vida material em seu sentido amplo, em cada momento histórico surgem novas perspectivas para sua realização. A partir de uma rede sempre mais complexa de trocas, estabelecendo a predominância do espaço sobre o tempo. Ainda vemos que as transformações socioculturais tecnificadas predominam sobre as paisagens naturais, transformando os indivíduos/sujeitos e suas paisagens de vivências.

Diante do exposto, pode-se afirmar que o campo da pesquisa não se encerrará aqui, pelo contrário, abre-se um leque de informações e/ou reflexões que possibilitarão novas propostas de trabalho, cujos objetivos são garantir a sobrevivência do que ainda resta de paisagens equilibradas, capazes de garantir a sobrevivência socioambiental do homem em seus diferentes territórios.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, L. R. do E. S. **O processo de espacialização das desigualdades sociais: uma abordagem histórico-geográfica e jurídica dos programas assistenciais no município de Catalão (GO)**. 2011. 198 f. (Mestrado em Geografia) - Regional Catalão, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2011.

AMADO, F. **Direito Ambiental**. 8. ed. Salvador: Juspodivm, 2017.

ARRAIS, T. A. A cidade e a região/a cidade-região: reconhecer processos, construir políticas. **Cadernos Metrôpole**, 20. p. 81-91. Goiânia. 2º Semestre de 2008.

BARBOSA, A. S. **Sistema Biogeográfico do Cerrado**: alguns elementos para sua caracterização. Goiânia: Ed. UCG, 1996.

BERTRAND, G. Paisagem e Geografia Física Global. Esboço metodológico. In: **Caderno de Ciências da Terra**, n. 13. São Paulo, 1971. p. 1-17. São Paulo: USP, 1971.

BRASIL. **Lei 10.257/2001** - Estatuto da Cidade. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **LEI 12.651**, de 25 de maio de 2012. Código Florestal Brasileiro. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências. Publicada no Diário

Oficial da União em 28 de maio de 2005.

_____. Conselho Nacional do Meio Ambiente. RESOLUÇÃO nº 303, de 20 de março de 2002. **Dispõe sobre Parâmetros, Definições e Limites de Áreas de Preservação Permanente.** Publicada no Diário Oficial da União em 13 de maio de 2002, Seção I, p. 68.

_____. Conselho Nacional do Meio Ambiente. RESOLUÇÃO nº 369, de 28 de março de 2006. **Dispõe sobre os casos excepcionais de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente.** Publicada no Diário Oficial da União em 29 de março de 2006, Seção I, p. 150-151.

_____. Conselho Nacional do Meio Ambiente. RESOLUÇÃO nº 302, de 20 de março de 2002. **Dispõe sobre Parâmetros, Definições e Limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno.** Publicada no Diário Oficial da União em 13 de maio de 2002, Seção I, p. 67-68.

_____. Casa Civil. **LEI Nº 10.257, de 10 de julho DE 2001.** Regulamenta os Artigos. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União em 11 de julho de 2001.

_____. **Constituição 1988:** Texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com alterações. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2000.

CAIXETA, P. P.; FERREIRA, I. M. Contextualização entre paisagem e território no Plano Diretor do Município de Catalão (GO). In: I Simpósio Nacional de Geografia e Gestão do Território. **Anais...** Londrina (PR), 08-11 de outubro de 2018. p. 1333-1343.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: Hucitec, 1996. 150 p.

CATALÃO. Gabinete do Prefeito. **LEI COMPLEMENTAR Nº 3.439,** de 08 de dezembro de 2016. Institui o Plano Diretor de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Sustentável de Catalão, que dispõe sobre o Plano de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Instrumentos Urbanísticos e Sistema de Gestão. Catalão: Gabinete do Prefeito, 2016.

_____. **LEI COMPLEMENTAR Nº 3.440,** de 08 de dezembro de 2016. Estabelece Normas e condições para Parcelamento do Solo no Município de Catalão/GO. Catalão: Gabinete do Prefeito, 2016.

_____. **LEI COMPLEMENTAR Nº 3.441,** de 08 de dezembro de 2016. Estabelece Normas e condições para Uso e Ocupação do Solo no Município de Catalão/GO. Catalão: Gabinete do Prefeito, 2016.

CHAVES, M. R. **Descentralização da política ambiental no Brasil e a gestão dos recursos naturais no Cerrado Goiano.** 2003. 185 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 2003.

CORRÊA, R. L. Monumentos, política e espaço. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). Geografia Cultural: uma antologia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

DELGADO MAHECHA, O. **Debates sobre el espacio em la geografia contemporánea.** Bogotá: Universidade Nacional de Colombia, 2013.

FEYRABEND, P. K. **Contra o método.** Tradução de Cesar Augusto Mortari. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2011.

FERREIRA, I. M. Paisagens do Cerrado: um estudo do subsistema de Veredas. In: GOMES, H. (Org.). **O Universo do Cerrado.** Goiânia: Ed. UCG, 2008. p. 165-230. V. I.

_____. **O afogar das Veredas: uma análise comparativa espacial e temporal das Veredas do Chapadão de Catalão (GO).** 2003. 242f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 2003.

FOUCAULT, M. **Microsífica do Poder.** Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal. 1979.

FUNDO MUNDIAL PARA A NATUREZA-WWF. **De grão em grão o Cerrado perde espaço.** Impactos do processo de ocupação. Brasília: WWF/Fundação PRÓ-CERRADO, 1995.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Casa Civil. Lei 18.104, de 18 de julho de 2013. **Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, institui a nova Política Florestal do Estado de Goiás e dá outras providências.** Publicada no Diário Oficial do Estado em 23 de julho de 2013.

_____. Decreto nº 4.593, de 13 de novembro de 1995. **Dispões sobre a Política Florestal do Estado de Goiás.** Diário Oficial do Estado de Goiás, a. 159, n. 17.315, p. 01-12. Goiânia: Diário Oficial, 17 de novembro de 1995.

GOMES, H. A questão ambiental: idealismo e realismo ecológico. **Boletim Goiano de Geografia.** Goiânia. V. 7/8, n. 1 e 2, p. 95-115. Jan/dez. 1988.

HAESBAERD, R. Região, diversidade territorial e globalização. **GEOgraphia.** Ano 1, n. 1. 1999. p. 15-39.

HARVEY, D. **Para entender O Capital.** Tradução de Rubens Ederle. São Paulo: Boitempo, 2013.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas.** Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2009.

MACHADO, P. A. L. **Direito Ambiental Brasileiro.** 12 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

MARTINS SILVA, J.; MENDES, E. de P. P. **A agricultura familiar no Cerrado: a comunidade Cruzeiro dos Martírios no município de Catalão (GO).** 2008. 17 f. Relatório de Iniciação Científica - PIBIC (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, 2008.

MENDES, E. de P. P. **A produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão.** 2005. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano.** 2004. 457 f. (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

NIEBUHR, P. de M. **Processo Administrativo Ambiental.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

NETO, H. B.; BEZZI, M. L. A região cultural como categoria de análise da materialização da cultura no espaço Gaúcho. In: **R. RA'E GA,** Curitiba, n. 17, p. 17-30, Editora UFPR, 2009.

ORTÊNCIO, W. B. **Dicionário do Brasil Central** – Subsídios à Filologia. São Paulo: Ática, 1983.

PHILIPPI JR, A.; ALVES, A. C. (Edits.). **Curso Interdisciplinar de Direito Ambiental.** Barueri: Manole, 2005.

PHILIPPI JR, A.; ROMERÓ, M. de A.; BRUNA, G. C. (Edts.). **Curso de Gestão Ambiental.** Barueri: Manole, 2004.

RIBEIRO, J. F.; WALTER, B. M. T. Fitofisionomias do Bioma Cerrado. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. **Cerrado**: ambiente e flora. Planaltina: EMBRAPA, 1998. p. 89-166.

RODRIGUES, M. A. **Direito Ambiental Esquematizado**. 5. ed. São Paulo : Saraiva Jur, 2018.

ROSA, J. G. **Grande sertão**: veredas, 36. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. de.; RIBIERO, J. F. (Edit.). **Cerrado**: ecologia e flora. Brasília: EMBRAPA, 2008.

SANTOS, M. **A Natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SILVEIRA BUENO, **Grande Dicionário Etimológico-prosódico da Língua Portuguesa**. Santos: Ed. Brasília, 1974. v. 8.

SOUZA, P. F. **Terminologia florestal**: glossário de termos e expressões florestais. Rio de Janeiro: Guanabara, 1973.

TROPPEMAIR, H. **Biogeografia e meio ambiente**. 5. ed. Rio Claro: Divisa, 2002.

TOMAZ JUNIOR, A. Degradação sistêmica do trabalho no Agrohidronegócio. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, p. 1-15, 2017.

VENTURA, V. J.; RAMBELLI, A. M. **Legislação Federal sobre o meio ambiente**. 2. ed. Taubaté: Ed. Vana, 1996.

WALTER, B. M. T.; CARVALHO, A. M. de, RIBEIRO, J. F. O conceito de Savana e de seu componente Cerrado. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. de.; RIBIERO, J. F. (Edit.). **Cerrado**: ecologia e flora. Brasília: EMBRAPA, 2008. p. 20-45.

SOBRE A ORGANIZADORA

Natália Lampert Batista: Graduada em Geografia (Licenciatura) pelo Centro Universitário Franciscano (2013). Mestra e Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGeo), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, 2015 e 2019 respectivamente). Atualmente é Professora de Geografia (Anos Finais) na Prefeitura Municipal de Santa Maria (PMSM) e Supervisora do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Subprojeto Geografia - UFSM. Tem interesse nas áreas de pesquisa de Ensino de Geografia; Cartografia Escolar; Educação Ambiental; Geotecnologias e Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) na Educação; Multiletramentos, Multimodalidade e Contemporaneidade; Formação de Professores; Educação Popular; Cartografia Geral e Temática; Geografia Urbana; Geografia Agrária; e Geografia Cultural.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura familiar 8, 20
agroecologia 5, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 21
Água 6, 118, 125, 144, 145, 148, 149, 150, 151, 153

C

Campesinato 8, 16, 20, 21
Capitalismo 8, 10, 11, 12, 13, 15, 20, 65

D

desenvolvimento sustentável 1
Dinâmica Socioeconômica 201

E

Educação 5, 7, 84, 142, 143, 146, 148, 149, 152, 153, 155, 162, 163, 165, 176, 178, 188, 189, 193, 194, 197, 199, 200, 215
Emancipação 194, 200
Envelhecimento Humano 201
Estado 17, 27, 30, 41, 49, 50, 51, 52, 53, 58, 66, 67, 70, 72, 74, 75, 76, 80, 81, 83, 84, 85, 89, 104, 106, 107, 109, 110, 113, 119, 127, 128, 130, 145, 146, 169, 197, 198, 199, 202

F

Fragilidade Ambiental 114, 115, 116, 119, 121, 126, 127, 128

G

Geografia 2, 5, 6, 7, 1, 19, 20, 25, 40, 41, 52, 54, 55, 63, 64, 73, 74, 78, 81, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 100, 101, 102, 111, 114, 129, 130, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 168, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 189, 190, 192, 193, 201, 205, 207, 214, 215, 216, 217, 218
Geopolítica 145, 150, 151, 152, 164
Georreferenciamento 22
gestão urbana 74, 75

H

Haiti 54, 57, 58, 60, 68

L

Legislação Ambiental 78, 82

lugar 6, 3, 11, 13, 71, 76, 83, 85, 86, 87, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 137, 154, 155, 158, 159, 164, 166, 174, 176, 177, 178, 180, 181, 183, 184, 189, 199, 205, 206, 207, 208

M

Migração 54, 63, 64

N

Neoliberalismo 5, 65, 72

P

planejamento urbano e regional 6, 74, 76

possibilidades 71, 74, 93, 95, 149, 197

Q

Questão agrária 8

R

Raciocínio Geográfico 164

Reforma Trabalhista 5, 65, 66, 67, 68, 69

Relação Produção-Consumo 22

Relação Rural-Urbano 22

Rio Dourados 6, 114, 115, 126, 127

S

Semiárido 144

T

Território 52, 78, 80, 88

Trabalhadores Rurais 19, 194

Trabalho 7, 54, 55, 59, 61, 63, 64, 65, 66, 69, 101, 194, 199, 200

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-489-4

